

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Diretoria de Indicadores e Estatísticas
Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

Introdução

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) pelo aumento na taxa de juros, pela quinta vez consecutiva, marca a conjuntura econômica nacional nesta quinzena. O Banco Central considera que a desaceleração da atividade econômica permite visualizar um cenário mais favorável para a redução dos índices de preços nos próximos meses, mesmo com o mercado de trabalho aquecido. Por outro lado, o ambiente na economia global ainda é arriscado por conta dos desdobramentos da crise fiscal na Europa e do teto da dívida americana.

PIB

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) reviu para cima as estimativas de alguns dos principais indicadores da economia brasileira em 2011, prevendo um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,8% e da indústria de 3,2%. Os dados são do Informe Conjuntural do segundo trimestre, que destaca, porém, que a expansão do PIB nos três meses iniciais do ano não se repetirá. Alinha para isso, entre outros fatores, as restrições ao crédito e as elevações da taxa básica de juros promovidas pelo Banco Central, a contenção dos gastos públicos e o aumento da inadimplência. O consumo das famílias, todavia, manterá o PIB em alta este ano, prevê a CNI.

Atividade econômica

Segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) o otimismo dos empresários manteve-se estável entre os meses de junho e julho, conforme indicado pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), que ficou em 57,9 pontos em julho. Esse número é 5,5 pontos inferior ao registrado em julho de 2010, quando o índice verificado foi de 63,4 pontos. O ICEI varia de zero a cem e valores acima de 50 mostram que os empresários estão confiantes e, abaixo de 50, indicam falta de confiança. De acordo com a CNI, os empresários avaliam que as condições de negócios no Brasil estão piores, mas as perspectivas ainda são boas.

Com o mercado de trabalho ainda aquecido, os consumidores brasileiros se mantêm otimistas e dispostos a comprar mais. Em julho, o Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), cresceu 2,2% na comparação com junho. Em relação a junho de 2010, ficou praticamente estável, com alta de apenas 0,1%.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 5,4% entre junho e julho, para 124,4 pontos, atingindo o maior nível da série histórica iniciada em setembro de 2005, segundo os dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O avanço reflete a melhora em todos os quesitos integrantes do ICC, com evolução mais expressiva da expectativa para os próximos meses. O Índice da Situação Atual (ISA) subiu 4,3%, para 144,6 pontos. Já o IE Índice de Expectativas (IE) teve alta de 4,9%, atingindo 112,4 pontos. Entre junho e julho, a proporção de consumidores que avaliam a situação atual como boa aumentou de 27,8% para 31,7%, enquanto a dos que a julgam ruim diminuiu de 24,9% para 19,7%. A parcela de consumidores prevendo melhora na situação econômica local nos meses seguintes subiu de 25,5% para 31,2%; a dos que esperam piora foi de 19,4% para 14,2%. O ICC é composto por cinco quesitos contidos na Sondagem de Expectativas do Consumidor, feita com base numa amostra com mais de dois mil domicílios em sete capitais brasileiras. A coleta de dados para a edição de julho foi realizada entre os dias 1º e 21.

Juros

O Banco Central (Bacen) anunciou, no dia 20 de julho, o quinto aumento consecutivo da taxa básica de juros (Selic). O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa que serve de referência para o custo do dinheiro a empresas e consumidores de 12,25% para 12,50% a.a. (ao ano). A decisão já era esperada pelo mercado. Segundo o Bacen, o Copom decidiu por unanimidade elevar a taxa Selic devido ao cenário prospectivo e o balanço de riscos para a inflação. A expectativa de economistas consultados pelo Bacen é que haja pelo menos mais um aumento de 0,25 ponto percentual da taxa, na próxima reunião do Copom, marcada para os dias 30 e 31 de agosto. Parte dos analistas não descarta outro aumento na reunião seguinte, marcada para outubro, caso haja piora nos dados sobre inflação no Brasil e melhora no cenário internacional.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (Bacen), avalia que o cenário de perspectivas para a inflação mostra sinais mais favoráveis. A informação consta da ata da última reunião do comitê. Segundo o comitê, as ações de restrição ao crédito e de elevação da taxa básica de juros “ainda terão seus efeitos incorporados à dinâmica dos preços, processo que tende a se acentuar neste semestre”. O Copom retirou da ata divulgada a expressão “suficientemente prolongado”, usada em documentos anteriores para se referir ao período de reajustes da taxa Selic.

Emprego e renda

O Brasil registrou a criação de 215.393 mil empregos formais em junho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse número é bem inferior ao registrado em maio passado, quando foram gerados 252.067 mil. O recorde para o mês foi verificado em junho de 2008, quando foram abertas 309.442 mil vagas. Os principais setores responsáveis pelo desempenho foram agricultura (75.227), os serviços (53.543), a construção civil (30.531) e o comércio (29.967). A região Sudeste, novamente, é a principal responsável pela geração de emprego. Segundo os dados, foram criados 124.292 postos de trabalho. Entre as unidades da federação, o Estado com maior expansão foi o Rio de Janeiro, com a criação de 19.756 empregos. No semestre, o Brasil gerou 1,414 milhão de postos de trabalho. Esse número também está abaixo do verificado no mesmo período do ano passado, quando o Brasil abriu 1,634 milhão de vagas. Na Bahia, observou-se um saldo de 11.767 postos de trabalho com carteira assinada em junho de 2011.

Segundo divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego obtida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) ficou em 6,2% em junho, abaixo dos 6,4% apurados em maio, nas regiões metropolitanas pesquisadas. O percentual também é inferior ao registrado em junho de 2010, de 7,5%. Esta é a menor taxa desde janeiro deste ano, quando a variação ficou em 6,1%. Considerando-se apenas os meses de junho, trata-se, porém, da menor marca da série histórica do IBGE, iniciada em 2002. Estimada em R\$ 1.578,50, a renda média do trabalhador subiu 0,5% ante maio. Na comparação com junho de 2010, houve expansão de 4,0%. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a taxa de desemprego foi de 10,2% e o rendimento médio real da população ocupada, estimado em R\$ 1.311,70, apresentou aumento de 2,0% no mês e de 4,7% no ano.

A taxa de desemprego, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Fundação Sistema de Análise de Dados (Seade), ficou praticamente estável pelo terceiro mês consecutivo nas sete regiões metropolitanas pesquisadas. Em junho, a taxa de desemprego registrou 11,0%, contra os 10,9% alcançados no mês de maio. O total de desempregados chegou a 2,4 milhões, 17 mil a mais do que em maio. Durante o mês, foram gerados 8 mil postos e 26 mil pessoas passaram a fazer parte da População Economicamente Ativa (PEA). Com isso, em junho, o total de ocupados nas sete regiões

ficou em 19,7 milhões de pessoas, e a PEA, em 22,1 milhões. A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador passou de 15,6% em maio para 15,5% da PEA, em junho, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Crédito

O governo vem tentando segurar a expansão do crédito, mas apesar da alta da Selic e das medidas de aperto anunciadas, os números indicam que o crédito ainda cresce forte no Brasil. Dados divulgados pelo Bacen mostram também que a taxa de juros para consumidores e empresas voltou a cair e que a inadimplência ficou estável. Em junho, o estoque de crédito na economia chegou a R\$ 1,834 tri, o que equivale a 47,2% do PIB e representa uma alta de 1,6% em relação a maio. Em 12 meses, no entanto, o crédito acumula crescimento um pouco menor, de 20,0% – até maio, estava em 20,5% e até abril, em 21,1%. No primeiro semestre deste ano, a expansão foi de 7,5%, segundo o Bacen. Os dados mostram também que a taxa de crescimento do crédito para pessoa física acelerou entre maio e junho, passando de 18,5% (alta em 12 meses) para 18,9%. Na comparação mensal, a alta foi de 1,3%.

Depois da elevação verificada no trimestre anterior, a qualidade de crédito do consumidor voltou a apresentar retração no segundo trimestre de 2011. O Indicador Serasa Experian da Qualidade de Crédito do Consumidor situou-se em 80,1 pontos no segundo trimestre de 2011 retornando ao patamar verificado também no segundo trimestre de 2009. Este indicador avalia, numa escala de 0 a 100, a qualidade de crédito do consumidor – quanto maior, melhor a qualidade de crédito e, portanto, menor é a probabilidade de inadimplência caso este consumidor venha a requerer crédito. A ligeira queda observada na qualidade de crédito do consumidor no segundo trimestre é reflexo do impacto da alta da inflação e dos juros sobre o orçamento das famílias, cujo endividamento ainda se encontra em trajetória de expansão, embora num ritmo mais moderado do que o observado entre a segunda metade de 2009 e ao longo de todo o ano de 2010.

De acordo com o Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito, a quantidade de empresas que procurou crédito cresceu 1,5% no acumulado do primeiro semestre deste ano. Este crescimento foi menor do que a alta de 5,8% verificada no segundo semestre do ano passado, como também em relação ao crescimento de 9,4% obtido no primeiro semestre de 2010, ou seja, revela uma trajetória de desaceleração no ritmo de crescimento da procura por crédito por parte das empresas. Em relação ao mês imediatamente anterior (maio), houve recuo de 3,1% na demanda das empresas por crédito no mês de junho. Já na comparação com o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 3,6%. A menor velocidade de crescimento da demanda das empresas por crédito em 2011 é reflexo tanto das sucessivas elevações da taxa básica de juros, resultando no encarecimento do custo do

crédito, quanto do próprio processo de desaceleração do ritmo de crescimento econômico, o qual deverá se intensificar ao longo do segundo semestre do ano, observam os economistas da Serasa Experian.

Endividamento das empresas

O volume de dívidas em atraso das empresas recuou em junho na comparação com o mês anterior. De acordo com o Indicador Serasa Experian de Inadimplência das Empresas, houve queda de 4,2% nos registros de dívidas não honradas em junho, em relação a maio. Apesar da queda verificada no mês passado, o primeiro semestre de 2011 encerrou com uma alta de 13,1% na inadimplência das empresas no confronto com o mesmo período do ano passado.

Política cambial

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou, no dia 27, duas novas medidas na área cambial para evitar movimentos especulativos no mercado de derivativos, de forma a conter a queda do dólar e evitar a sobrevalorização do real. Com a publicação da Medida Provisória nº 539 e do Decreto nº 7.536, publicados no Diário Oficial da União, as instituições financeiras que tiverem posição vendida de dólar no mercado futuro maior do que a comprada pagarão 1,0% de IOF sobre a margem excedente, ou seja, sobre o valor nocional ou valor de face da operação. Esse percentual poderá chegar a até 25,0%, a critério do governo. Dessa forma, segundo Mantega, o governo passará a cobrar um “pedágio” das posições vendidas em excesso, aquelas que ultrapassarem as posições compradas. “Se a instituição comprou US\$ 500 milhões e vendeu US\$ 1,5 bilhão, a taxa do IOF será sobre R\$ 1 bilhão, que é a diferença. Ela está numa posição vendida adicional”, exemplificou. Segundo o ministro, a medida está sendo adotada em função do excesso de dólar vendido no mercado futuro, cerca de US\$ 24 bilhões, que gera movimentos especulativos e, conseqüentemente, impacto no câmbio.

Além das novas medidas cambiais, a MP de hoje traz um aperfeiçoamento da medida que aumentou para 6% o IOF pago por empresas e instituições financeiras que tomam empréstimos no exterior com prazo de pagamento inferior a 720 dias. Algumas instituições estavam burlando a legislação ao tomar crédito no exterior com prazo acima de 720 dias e liquidar a operação antes do vencimento, desta forma, não pagando o imposto. A partir de agora, mesmo pagas antes do prazo, essas operações também serão taxadas.

Arrecadação

A arrecadação de tributos federais aumentou 12,7% no primeiro semestre, alcançando R\$ 471,3 bilhões no período, segundo dados divulgados pela Receita Federal. O total arrecadado subiu 23,0% em junho em relação ao mesmo mês do ano passado, somando R\$ 82,7 bilhões, recorde para o período. Segundo a Receita, o resultado se deve ao pagamento, em junho, de R\$ 6,7 bilhões referentes aos parcelamentos do chamado Refis da Crise, que possibilitou às empresas e pessoas físicas parcelarem dívidas contraídas até 2008. Por conta disso, o Imposto de Renda pago em junho foi 26,9% maior do que no mesmo mês de 2010, somando R\$ 21,1 bilhões. Destaque também para o crescimento de 23,7% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de 21,7% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Superávit primário

O Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou superávit primário de R\$ 55,5 bilhões de janeiro a junho desse ano, valor superior em R\$ 30,6 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010. O resultado é decorrente de receitas de R\$ 393,5 bilhões e despesas de R\$ 337,9 bilhões. Somente no mês de junho, o superávit foi de R\$ 10,5 bilhões, o melhor da série histórica, iniciada em 1995. No acumulado em doze meses, a economia do Governo para o pagamento dos juros da dívida foi de R\$ 109,7 bilhões, também o melhor resultado da série histórica. Com o resultado do primeiro semestre, o superávit do Governo Central atinge quase 70% da meta prevista para todo o ano no Decreto de Programação Orçamentária, que é R\$ 81,7 bilhões.

Contas externas

O resultado das transações do Brasil com o exterior ficou negativo em US\$ 25,448 bilhões no primeiro semestre de 2011, contra US\$ 23,847 bilhões registrados em igual período do ano passado. Os dados foram divulgados pelo Banco Central (Bacen). O déficit em transações correntes é o maior para o período da série histórica do Bacen, iniciada em 1947. Em junho, o déficit das transações correntes ficou em US\$ 3,3 bilhões, contra US\$ 5,273 bilhões registrados em igual mês de 2010. A conta de transações correntes registra as compras e vendas de mercadorias e serviços, e inclui as exportações e importações de mercadorias que formam a balança comercial. No primeiro semestre, houve superávit comercial (as exportações foram

maiores do que as importações) de US\$ 12,967 bilhões, contra US\$ 7,884 bilhões registrados em igual período de 2010. O saldo positivo da balança comercial contribuiu para que o resultado de déficit das transações correntes não fosse mais elevado. Em junho, o superávit comercial chegou a US\$ 4,428 bilhões, contra US\$ 2,270 bilhões de igual mês do ano passado. Por outro lado, a balança de serviços e rendas (remessas de lucros e dividendos, pagamentos de juros, viagens internacionais, aluguel de equipamentos, royalties e outros) contribuiu para elevar o resultado negativo das transações correntes. No primeiro semestre, a balança ficou negativa em US\$ 39,937 bilhões, contra US\$ 33,243 bilhões verificados de janeiro a junho de 2010. Somente em junho, houve déficit de US\$ 7,838 bilhões, contra US\$ 7,658 bilhões de igual período do ano passado. Entre os itens que mais contribuem para a elevação do resultado negativo da balança de serviços estão as viagens internacionais (registro de gastos de brasileiros no exterior e de receitas deixadas por estrangeiros no Brasil), que registraram déficit de US\$ 6,814 bilhões, recorde da série histórica do Bacen.

Investimento estrangeiro

No ano passado, o Brasil saltou dez colocações e passou a ocupar a quinta posição entre os países que mais recebem investimentos estrangeiros diretos (IED). O dado consta do relatório World Investment Report 2011 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), divulgado pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet). Em 2009, o Brasil ocupava a 15ª posição entre as nações que mais recebiam investimentos estrangeiros, com a atração de US\$ 25,9 bilhões. Já em 2010, o País recebeu US\$ 48,4 bilhões em IED, sendo superado apenas pelos Estados Unidos (US\$ 228,2 bilhões), China (US\$ 105,7 bilhões), Hong Kong (US\$ 68,9 bilhões) e Bélgica (US\$ 61,7 bilhões). A expectativa é de que o País suba mais uma posição até 2013. Um levantamento feito pela Unctad entre as empresas multinacionais apontou o Brasil como um dos países mais citados para investimentos, atrás de China, Estados Unidos e Índia.

Economia internacional

O crescimento da China no segundo trimestre superou as expectativas, amenizando temores de uma desaceleração aguda e fortalecendo a determinação do governo de estabilizar os preços. O Produto Interno Bruto (PIB) chinês elevou-se 9,5% no segundo trimestre em relação ao segundo trimestre de 2010, ante previsão do mercado de um crescimento de 9,4%. Com

isso, o crescimento nos seis primeiros meses do ano atingiu 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O PIB americano, no segundo trimestre, registrou crescimento de 1,3% (taxa anualizada), bem abaixo dos 1,8% previstos pelo mercado. E, a maioria dos dados anteriores foi revisada para baixo, como os do primeiro trimestre (de 1,9% para 0,4%). Os dados fazem parte da primeira estimativa do Departamento de Comércio. A leitura do PIB mostrou que o crescimento foi sustentado amplamente pelo investimento das empresas e pelas exportações. Mas o gasto dos consumidores, um grande motor para a economia norte-americana, ofereceu uma contribuição muito menor para o crescimento do PIB no segundo trimestre. O gasto dos consumidores subiu a uma taxa anualizada de 0,1% no segundo trimestre, a mais fraca em dois anos, após avançar 2,1% no primeiro trimestre. Os gastos das empresas subiram 6,3% no segundo trimestre, enquanto os estoques aumentaram US\$ 49,6 bilhões, adicionando 0,18 ponto percentual ao PIB.

Boletim focus – expectativas de mercado

Expectativas do mercado						
Mediana Agregada	2011			2012		
	01 jul.	29 jul.	Comportamento	01 jul.	29 jun.	Comportamento
IPCA (%)	6,15	6,31	▲	5,1	5,3	▲
IGP-M (%)	5,01	5,63	▲	5,0	5,01	▲
Taxa de Câmbio – média do período (R\$/US\$)	1,61	1,59	▼	1,67	1,64	▼
Meta Taxa Selic – fim do período (%a.a.)	12,5	12,75	▲	12,50	12,50	=
PIB (% do crescimento)	3,94	3,96	▲	4,10	4,00	▼
Produção Industrial (% do crescimento)	3,34	3,21	▼	4,50	4,34	▼
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-59,75	-59	▲	-70	-69,30	▲
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	20	21	▲	10,10	10,03	▼
Invest. Estrang Direto (US\$ Bilhões)	52	55	▲	45	50	▲

Fonte: Boletim Focus Banco Central 29/07/2011.

Conforme divulgado pelo último Relatório Focus do Banco Central, referente à semana até 29 de julho, a projeção para o IPCA deste ano ficou em 6,31%, ao passo que as expectativas para 2012 mostraram ligeira elevação, passando de 5,10% para 5,30%. As expectativas de crescimento do PIB passaram de 3,94% para 3,96% para 2011 e passaram de 4,10 para 4,00% para 2012. Para a taxa de câmbio, as projeções ficaram em R\$/US\$ 1,59 e R\$/US\$ 1,64 para 2011 e 2012, respectivamente. Por fim, a expectativa para a taxa Selic em 2011 passou de 12,5% para 12,75% para 2011, enquanto que, para 2012, as projeções mantiveram-se inalteradas em 12,75%.